

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
Despacho	NP: iuwio0wt SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 17/12/2025 Projeto de lei nº 2081/2025 Protocolo nº 13390/2025 Processo nº 4159/2025	
Autor: Dep. Beto Dois a Um		

Institui o Cadastro Estadual de Boas Práticas em Inclusão Social Municipal no âmbito do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Cadastro Estadual de Boas Práticas em Inclusão Social Municipal, com a finalidade de identificar, registrar e divulgar experiências exitosas desenvolvidas pelos municípios de Mato Grosso na área da inclusão social.

Art. 2º O Cadastro consistirá em banco digital de acesso público, destinado ao compartilhamento de iniciativas, projetos e ações municipais voltados à promoção da inclusão social e à redução de vulnerabilidades.

Art. 3º Poderão integrar o Cadastro experiências relacionadas, entre outras áreas, à assistência social, educação, saúde, inclusão da pessoa com deficiência, proteção à infância, juventude e grupos em situação de vulnerabilidade.


Art. 4º A inclusão de iniciativas no Cadastro terá caráter voluntário e poderá ocorrer mediante encaminhamento de informações pelos municípios, observados critérios técnicos definidos em regulamento.

Art. 5º O Cadastro poderá conter descrição das iniciativas, objetivos, público atendido, resultados alcançados e contatos institucionais, vedada a divulgação de dados pessoais sensíveis.

Art. 6º A gestão do Cadastro caberá ao órgão estadual responsável pela política de inclusão social, podendo ser utilizada plataforma digital já existente no âmbito do Poder Executivo Estadual.

Art. 7º O Cadastro possui caráter informativo e colaborativo, não implicando reconhecimento formal, certificação automática ou concessão de benefícios financeiros aos municípios participantes.

Art. 8º A implementação desta Lei ocorrerá com recursos humanos, tecnológicos e orçamentários já disponíveis, vedada a criação de novos sistemas, estruturas administrativas ou despesas obrigatórias.

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
---	--	---

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Os municípios exercem papel central na execução das políticas de inclusão social, desenvolvendo soluções inovadoras e adequadas às realidades locais. No entanto, muitas dessas experiências exitosas permanecem restritas ao âmbito municipal, sem mecanismos adequados de disseminação e compartilhamento entre os entes públicos.

O Cadastro Estadual de Boas Práticas em Inclusão Social Municipal concretiza o disposto na ementa por meio da criação de um banco digital colaborativo, destinado ao registro e à divulgação de iniciativas bem-sucedidas. A ferramenta permite que gestores públicos, técnicos e demais interessados conheçam experiências replicáveis, fortalecendo a cooperação institucional e a qualificação das políticas públicas.

A proposta possui caráter informativo e voluntário, não criando obrigações adicionais aos municípios nem estabelecendo critérios de premiação ou repasse financeiro. A gestão do Cadastro será realizada preferencialmente por meio de plataformas digitais já existentes, evitando a necessidade de desenvolvimento de novos sistemas ou estruturas administrativas.

Sob o aspecto orçamentário, o impacto é inexistente ou mínimo, uma vez que a implementação ocorrerá com recursos humanos e tecnológicos já disponíveis no Poder Executivo Estadual. Trata-se de iniciativa de elevado valor estratégico e social, que promove a troca de conhecimentos, a eficiência administrativa e o fortalecimento das políticas de inclusão social no Estado de Mato Grosso.

Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 17 de Dezembro de 2025

Beto Dois a Um
Deputado Estadual